

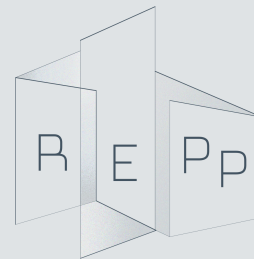
<http://dx.doi.org/10.5354/0719-6296.2022.68082>

Rev. Est. de Políticas Públicas, 8(2)

[julio - novembro 2022], 127-146

ISSN edição web: 0719-6296

©Copyright 2022: Universidad de Chile



É possível (e desejável) democratizar a barbárie? Contribuições marxistas à Psicologia política

T. Farias ^a 
P. Costa ^b 
A. Vieira ^c 

^a Universidade Federal do Rio Grande do Norte

^b Universidade de Brasília

^c Instituto Brasileiro de Medicina e Reabilitação

Resumo | Buscamos refletir sobre as contribuições do referencial teórico-metodológico marxiano e marxista para a psicologia política na reflexão acerca da realidade brasileira. Tomamos por justificativa a conjuntura de crise estrutural do capitalismo, o avanço neoliberal e seus desdobramentos econômicos, sociais, políticos e ideológicos, bem como suas expressões na/pela psicologia política. Analisamos como a estrutura de produção-distribuição da riqueza social, na garantia da propriedade privada dos meios de produção, e a função primordial do Estado, estabelecem um limite concreto para a realização de valores e direitos humanos. O marxismo nos municia não só para a crítica da psicologia política, mas para sua utilização crítica, tendo como finalidade sua própria superação. Consideramos, assim, que a psicologia política pode ser importante se e desde que (auto)crítica e enquanto demarcação das limitações da psicologia hegemônica, buscando tensionar a psicologia e transformá-la, e contribuir para a superação dos próprios marcos da democracia burguesa.

Palavras-chave: Psicologia política, Crise estrutural, Estado, Democracia, Marxismo.

Is it possible (and desirable) to democratize barbarism? Marxist contributions to Political Psychology

Abstract | We seek to reflect on the contributions of the Marxian and Marxist theoretical-methodological framework to political psychology in the reflection on the Brazilian reality. We take as justification the situation of structural crisis of capitalism, the neoliberal advance and its economic, social, political and ideological consequences, as well as its expressions in/by political psychology. We analyze how the structure of production-distribution of social wealth, in guaranteeing the private ownership of the means of production, and the role of the State in this, establish a concrete limit for the realization of human values and rights. Marxism equips us not only for the critique of political psychology, but for its critical use, aiming its own overcoming. We consider, therefore, that political psychology can be important if and as long as (self)criticism and as a demarcation of the limitations of hegemonic psychology, seeking to stress psychology and transform it, and contribute to overcoming the very milestones of bourgeois democracy.

Keywords: Political psychology, Structural crisis, State, Democracy, Marxism.

Data de recepção: 2022-08-26

Data de aceitação: 2022-11-02

Endereço de correspondência [Correspondence address]: Tadeu Farias, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: tadeumattos@gmail.com



1 Introdução

O presente artigo propõe debater contribuições do referencial teórico-metodológico marxiano e marxista à psicologia política, visando a sua reflexão e intervenção sobre a realidade brasileira. Dessa forma, buscamos dar continuidade, desenvolvendo e aprofundando, a iniciativas de articulação entre o campo da psicologia política e o marxismo (Pavón-Cuellar, 2016; Santana, 2020).

Temos como justificativa principal a própria conjuntura, marcada pela crise da democracia burguesa enquanto faceta e aguçamento da crise capitalista, avanço da ideologia neoliberal (mesmo com os desastrosos efeitos sociais em meio a uma pandemia), e, nisso, como tal cenário se expressa na/pela psicologia política e como esta, desde o diálogo com o marxismo, pode contribuir na análise e transformação de nossa realidade. Tomamos como inspiração de partida para essas reflexões críticas os títulos dos eventos mais recentes da Associação Brasileira de Psicologia Política (ABPP), “Ofensivas anti-democráticas, colonialidade, experiências de subjetivação política e a crise da democracia no Brasil”, em 2021, e, “Lutas políticas, processos de subjetivação e alternativas democráticas”, em 2022, para, a partir do marxismo, debater criticamente o que se entende por democracia —e, portanto, a sua crise— e as implicações à psicologia política.

Nesse sentido, considerando a preocupação da psicologia política, frente à atual conjuntura, com a questão democrática, nos guiamos no presente trabalho pelas seguintes indagações: seria a democracia burguesa, mesmo em suas manifestações e períodos supostamente “não-críticos”,¹ o horizonte da psicologia política? É possível fazer frente aos desafios do momento a partir de alternativas democráticas dentro da ordem bur-

¹Em uma compreensão do movimento dialético da realidade histórica, o modo de produção capitalista deve ser compreendido como contendo em si a sua negação. Assim, não há uma progressão linear na história em que possamos identificar momentos de pura expansão e momentos de crise. O que vemos em momentos críticos, são manifestações aguçadas de tal negação (crise), que já está contida nos momentos anteriores.

guesa? Ou seja, propomos uma análise crítica sobre o(s) projeto(s) societário(s) em que a psicologia política se baseia, se orienta e se propõe a construir, considerando as problemáticas colocadas pelas especificidades da realidade brasileira e seu capitalismo dependente, e como tal(is) projeto(s) societário(s) se manifesta(m) na/pela própria psicologia política em termos de seu(s) projeto(s) ético-político(s). Trata-se de um trabalho teórico, de caráter ensaístico, que busca refletir criticamente sobre a psicologia política enquanto campo teórico-prático que se propõe a intervir na realidade brasileira. Buscamos, a partir do referencial marxiano e marxista, analisar limites, contradições e possibilidades de tal(is) projeto(s).

2 De qual crise falamos?

A atual conjuntura é de acentuação dos efeitos da crise estrutural do capital (Meszaros, 2002; 2012), em seus desdobramentos econômicos, sociais, políticos e ideológicos. Tais manifestações de crise podem ser notadas facilmente em nossa dinâmica presente. As análises feitas por István Mészáros (2002) apontam para que, diferentemente das crises cíclicas do capital, mitigadas por mudanças qualitativas na organização de sua produção e administração política (como o modelo Keynesiano-Fordista), levando a novos momentos de expansão, o sistema do capital, em sua irrefreável necessidade expansiva e de completa dominação sobre o metabolismo social, alcançou limites intransponíveis. Limites esses que lhe são intrínsecos e colocados pelo desenvolvimento de suas contradições internas, e que, ora alcançados, colocam a totalidade do sistema em crise. Tudo isso demonstra, desde os anos 1970, o fim da ascendência histórica do capital no século XX, um freio em seu impulso e capacidade expansionista (Meszaros, 2002), a despeito de exceções focalizadas nas décadas seguintes, muito em decorrência da intensificação do processo de financeirização do capital e produção de capital fictício, por meio de regimes de crescimento ancorados substancialmente no recrudescimento da dívida pública e do endividamento da classe trabalhadora. Assim,

o desemprego crônico, o problema da igualdade substantiva (e não apenas formal, aos moldes liberais), a destruição das condições de reprodução da sociedade pela destrutividade sobre a natureza e a contradição entre o capital cada vez mais transnacionalizado e a necessidade dos Estados nacionais, colocam-se como limites que o sistema do capital não pode transpor, o que se expressa como crise estrutural que coloca sob ameaça a humanidade como um todo (Meszaros, 2002).

Desde 2007/2008, com a recessão desencadeada a partir da crise dos créditos *subprime*, o sistema busca encontrar formas de retomar o ritmo de acumulação, contudo, sem conseguir retomar um crescimento sustentado (Carcanholo, 2011). Nesta procura por retomada da acumulação, já nos marcos de uma longa onda de estagnação que remete aos anos 1970, uma série de movimentos se deram no sentido de avanço do capital sobre o trabalho, e setores da burguesia em diferentes países capitalistas do mundo apostaram no caminho da extrema-direita como forma de garantir seus interesses, desarmar e reprimir os instrumentos e a mobilização da classe trabalhadora, abrindo espaço para um recrudescimento da violência política e do conservadorismo reacionário (Silva et al., 2014). Nessa direção, e com uma crise que mina cada vez mais as condições de vida da classe trabalhadora, cresceram movimentos identificados com signos neofascistas e a ocupação de diversos Estados por governos de extrema-direita.

Na América Latina, os efeitos dessa conjuntura se expressaram por uma ascensão de governos de direita e extrema-direita, a implementação de agendas socialmente regressivas, sustentadas pela ideologia neoliberal, com cortes de direitos sociais, precarização das condições de vida e trabalho, aumento da violência política, aumento da concentração de renda e, conseqüentemente, da desigualdade (Hoeveler e de Oliveira Cardoso, 2022; Silva, 2021). Tal ascensão se deu, também, por meio de um ciclo de golpes de Estado que, desde 2009 (em Honduras), por variados caminhos, tiveram em comum a destituição de governos de cunho progressista, dos mais moderados aos mais "radicais", e colocando em seu

lugar governos mais alinhados com as necessidades de avanço da agenda das burguesias locais e imperialistas. Em comum, essas mudanças políticas tiveram o papel de tentar restabelecer os patamares de lucratividade do capital, sobretudo aumentando a taxa de exploração sobre trabalhadoras/es e ampliando nichos de acumulação por meio de privatizações ou outras formas de capitalização de direitos sociais e bens públicos (Silva, 2021).

No Brasil, o golpe de 2016 contra a presidenta Dilma Rousseff acentuou o ajuste fiscal que havia sido iniciado pelo seu ministro da Fazenda, Joaquim Levy, e acelerou o processo de desmonte das políticas sociais, de políticas estratégicas de Estado, e de avanço contra a classe trabalhadora. Nesse processo, sob o governo de Michel Temer, oriundo do golpe, são aprovadas a Emenda Constitucional 95, em 2016, que congela investimentos públicos por vinte anos, e a contrarreforma trabalhista, em 2017, com forte ataque aos direitos da classe trabalhadora.

Na esteira desse avanço do capital sobre o trabalho e do crescimento de tendências autoritárias e conservadoras no país, em 2018 foi eleito Jair Bolsonaro, com um projeto de extrema-direita e neoliberal. Tal projeto contou com apoio dos principais setores das burguesias financeira, industrial e agrária do país, conglomerados de mídia, setores fundamentais do neopentecostalismo, além das forças armadas e da atuação decisiva do imperialismo estadunidense e do judiciário brasileiro. É importante apontar que esse cenário expressa também o ápice do desenvolvimento das contradições da reorganização do capitalismo dependente brasileiro após a ditadura empresarial-militar, sob hegemonia da estrutura econômica e ideológica neoliberal e da estratégia democrático-popular, protagonizada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) (Iasi, 2012).

Com o novo governo, a política de desmonte no campo dos direitos sociais e da estrutura do Estado avançou, implementando, dentre outras medidas, a contrarreforma da previdência, cortes bilionários em todos os setores sociais fundamentais, como Saúde, Assistência e Educação, o

desmonte de cadeias produtivas que estavam sob maior controle do Estado, como a privatização da BR Distribuidora e de refinarias antes pertencentes à Petrobrás, ampliando e recrudescendo também o desemprego, a miséria, a fome e demais expressões ou desdobramentos da “questão social”. Por seu turno, o gasto com militares e a presença desse setor na estrutura do Estado aumentou vertiginosamente, chegando a números que superam os da própria ditadura e seu regime militar *em sentido estrito* (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, 2021).

Junta-se a isso a agenda de cunho conservador, implementada em campos como educação, saúde, saúde mental, cultura, o incentivo à perseguição contra professores, contra militantes de movimentos sociais, população LGBTQIA+, dentre outros, a política voltada para flexibilizar o acesso a armas, a mobilização de bases sociais que usam a ameaça, o medo e a violência explícita e o uso de forças policiais organizadas em milícias como instrumento de intimidação e desestabilização de adversários políticos. Tudo isso tem levado ao recrudescimento da violência “social” (como as recorrentes chacinas policiais nas periferias) e política no país (com intimidação e assassinato de figuras políticas ligadas ao campo de esquerda). Ainda, evidencia-se um quadro de desmonte de políticas ambientais e de proteção a trabalhadores do campo, aos territórios indígenas, em favor de madeireiras, da expansão das fronteiras do agronegócio, do garimpo ilegal, aumentando a destruição do patrimônio ambiental do país, e a violência contra povos indígenas, do campo e das florestas (Santos et al., 2021).

A conjuntura de pandemia pelo novo coronavírus, desencadeada em 2020, escancarou e acentuou os elementos críticos do capitalismo global, e seus efeitos têm sido especialmente desastrosos para a classe trabalhadora da periferia do sistema. Nesse contexto, além dos milhões de mortos pela COVID-19 no mundo, houve o aumento do desemprego, a falta de políticas que protejam trabalhadores e trabalhadoras em sua saúde e sua renda, uma enorme desigualdade global no acesso às

vacinas, principalmente devido à manutenção do monopólio das patentes e à força política e econômica de países do centro do capitalismo, além da desestruturação das cadeias globais, implicando dificuldade de produção e acesso a produtos. Tem-se, então, mais uma faceta e dimensão crítica da já crítica situação da humanidade sob a égide do capital no modo de produção capitalista, na forma de uma crise sanitária, que, no que lhe concerne, se plasma às outras, acentuando-as. Ao mesmo tempo, essa conjuntura evidencia os limites estruturais do capital e das saídas que não buscam superá-lo, indo para além dele.

No caso brasileiro, a *gestão* da pandemia promoveu um contexto de genocídio das frações mais pauperizadas da classe trabalhadora, não por acaso negras (Costa e Mendes, 2021a), sofisticando e modernizando o *modus operandi* de nossa formação social capitalista de gênese de desenvolvimento colonial, escravista e dependente (Fernandes, 2020; Marini, 2022; Moura, 2020). Junto à agenda neoliberal, a pandemia acentuou o desemprego, a precarização das relações de trabalho, a pobreza, a fome e a insegurança alimentar, também intensificando a concentração de renda, com o aumento da desigualdade. Os resultados desse quadro se dão no aumento da taxa de exploração sobre o conjunto da classe trabalhadora e abertura de novos espaços de acumulação capitalista (Santana, 2021). Isso nos permite considerar não haver irracionalidade no negacionismo e na conduta em relação à pandemia no país, como hegemonicamente circulou em notícias supostamente críticas a tal postura. Ao contrário, há um nexo profundo entre o estágio atual do capitalismo brasileiro e sua forma política, por mais absurda que esta possa parecer à primeira vista.

Por outro lado, expressando o próprio caráter dialético e dinâmico da realidade, face à marcha de expansão barbárica do capital, inúmeras iniciativas emanam ou se fortalecem. Por exemplo, no Chile, as manifestações que estouraram em 2019 têm sua continuidade na eleição de Gabriel Boric e nos acalorados debates acerca de uma nova Constituição que supere o legado *neoliberal-pinochetista*. A Colômbia, após inten-

sas manifestações que expressaram a oposição às contrarreformas neoliberais do então presidente Iván Duque e sua subserviência ao imperialismo *yankee*, mesmo com todo o aparato repressivo do Estado à sua disposição - e amplamente utilizado - para arrefecer as mobilizações e massacrar militantes, elegeu seu primeiro governo de esquerda, por meio da coalizão Pacto Histórico, com Gustavo Petro, ex-integrante da extinta guerrilha M-19, na presidência e Francia Márquez, mulher negra e militante ambiental, como vice-presidenta. Na Bolívia, em outubro de 2020, quase um ano após o golpe —fruto da aliança entre a burguesia local, setores conservadores e reacionários e o imperialismo— que destituiu Evo Morales da presidência, Luis Arce foi eleito, do Movimento ao Socialismo (MAS), do qual Evo faz parte, numa importante articulação de forças do conjunto dos explorados e oprimidos do país (variadas frações da classe trabalhadora, povos originários, etc.). No contexto da pandemia, Cuba se manteve e mantém firme, mesmo com todas as dificuldades oriundas do embargo, sendo, aliás, o único país latino-americano a produzir sua própria vacina, a *Soberana*. No Brasil, vimos reacender, ao longo de 2021, movimentações contra o governo Bolsonaro, iniciativas de reocupação e disputas das ruas, a partir da constatação de que o governo era mais perigoso que o vírus, e que se somaram a inúmeras ações de solidariedade de classe e lutas, mesmo que difusas, pontuais, durante o panorama pandêmico.

Estes são apenas alguns dos inúmeros exemplos de um continente cujas veias abertas continuam a jorrar sangue, expressando que, apesar de laceradas, continuam pulsando. Da mesma forma, toda essa dinâmica ocorre não sem as suas próprias contradições. No caso chileno, a própria proposta de nova Constituição concentrou inúmeras inflexões e concessões feitas pelo governo Boric, inclusive em termos da adoção ou manutenção de dogmas neoliberais, como o da responsabilidade fiscal na condução econômica do país. Assim, em um cenário de descaracterização da proposta colocada em votação em relação às principais demandas dos movimentos populares que

reivindicavam e possibilitaram a iniciativa, houve uma rejeição de ampla maioria no pleito realizado em quatro de setembro deste ano. Podemos citar também o Peru, cujo governo de Pedro Castillo, histórico líder sindical no país e eleito também na esteira de muitas lutas e movimentações da classe trabalhadora, suas frações e/ou articulações nos e com os povos originários, tem sido marcado por contradições, concessões e alianças com a oligarquia e direita peruanas. Esse caminho vem levando ao descumprimento das propostas de campanha, ruptura com as bases que o levaram ao poder, o que, no que lhe concerne, não arrefeceu as tentativas golpistas, mas as impulsionou. Inúmeros recuos também têm sido observados na realidade brasileira. Mesmo com a vitória de Lula² no pleito para presidente da república, esse caminho foi feito com frações, grupos e partidos dentro da própria esquerda, sob a hegemonia do PT, tomando para si o “velho” caminho e tática conciliatórios eleitoreiros, esfriando e esvaziando alternativas reivindicatórias e mobilizadoras para além do campo eleitoral. Junto a isso, foram feitas promessas antecipadas de concessões ao capital para atrair apoio de seus agentes e operadores políticos, enquanto aumenta a miséria, a fome e pessoas continuam a morrer por conta da gestão virulenta da pandemia.

Por mais que o movimento esboçado aqui seja muito limitado, não sendo nosso objetivo oferecer um amplo e aprofundado panorama da correlação de forças em face do alargamento e aprofundamento da crise do capital em nossa região e continente, acreditamos que os apontamentos feitos sejam suficientes para ilustrar nossos argumentos acerca do caráter contraditório da realidade e da *luta de classes* como *motor da história* (Marx, 2010a). Ademais, já aponta também para limitações de concepções politicistas (Chasin, 2000), as quais desenvolveremos no decorrer do trabalho, que reduzem as lutas à ocupação e disputa da esfera política —em especial a institucional—, desconsiderando seu atrelamento dialético à economia enquanto totalidade

²Findamos a escrita deste texto no dia seguinte à vitória de Lula no segundo turno das eleições presidenciais

das relações de produção (da vida) (Marx, 2008). Esse movimento resulta igualmente na redução do horizonte das próprias lutas e de seus objetivos aos marcos da *democracia*; em suma, à apologética do capitalismo, acreditando ser possível que este se apresente e se desenvolva de maneira humanizada, igualitária, ambientalmente responsável —ainda mais em nossas particularidades periféricas e dependentes—.

3 O Horizonte do Estado Democrático de Direito e seus limites

É neste cenário e sua dinâmica, brevemente apresentados, que a psicologia política desenvolve sua *práxis*, afinal, é nele que ela se forja, enquanto parte constitutiva, acompanhando o seu desenvolvimento (nem que seja pela negação), ao passo que tal realidade se configura como seu “objeto” de estudo e de transformação. Sendo a luta de classes o motor da história (Marx, 2010a), também será o motor da *psicologia política*, com a própria realidade, entendida historicamente em seu caráter dinâmico, como objeto de análise e transformação.

Partimos do entendimento de que, para a análise da realidade concreta do capitalismo e de suas formações sociais particulares —tal como a brasileira, sua gênese e via de desenvolvimento colonial e condição dependente—, o método e o campo categorial marxista são fundamentais. Isso, pois, a partir da perspectiva da *totalidade*, nos permitem a apreensão desde as tendências mais gerais desse modo de produção, capturando seu movimento histórico, até às suas expressões mais singulares, mediadas e concretizadas dialeticamente nas/pelas particularidades sociais, conformando um complexo de complexos (Lukács, 2013). Ademais, o marxismo não se contenta com a dissecação do movimento do real, e, neste, das particularidades do modo de produção capitalista e, ainda mais particularmente, no capitalismo dependente brasileiro. Seu intuito analítico último é apreender para transformar: constituir-se enquanto *armas da crítica* para a transformação radical desta sociabilidade.

Partindo das reflexões marxianas e marxistas, e no sentido de debater as possibilidades diante das crises econômica, social, política, humanitária, referidas anteriormente, neste tópico buscamos: [a] analisar o caráter do Estado no capitalismo e capitalismo dependente brasileiro, bem como expressões ideopolíticas das relações sociais do modo de produção capitalista atrelados à pressuposição desse Estado, como a noção de *direitos humanos*; [b] evidenciar como a manutenção da propriedade privada dos meios de produção como fundamento último e incontornável dessa ordem social, e tornada natural, é um entrave à própria possibilidade de efetivação substancial dos direitos do ser humano, bem como para a realização desse ser em suas potencialidades; [c] em última instância, verificar como o Estado garantidor da propriedade privada, ou seja, como Estado de uma classe, e estrutura fundamental para a reprodução da dinâmica de acumulação de capital, é uma barreira às possibilidades democráticas, sendo ilusórios e despolitizantes os ideais de um capitalismo de face humana. Acrescente-se que esse último aspecto acontece ainda que, frente a mudanças na correlação de forças postas pelas lutas de classes, o Estado burguês possa ser palco de garantias formais e avanços nas conquistas da classe trabalhadora e povos oprimidos.

Temos como ponto de partida, então, a constatação de que o enfrentamento ao cenário apresentado no item anterior vem sendo em larga medida apresentado como uma reivindicação de um Estado restaurado em sua “normalidade” democrática e como garantidor de bem-estar para a população, sobretudo aquelas/es mais afetados pelo avanço contrarreformista e reacionário que discutimos. Há, ainda, no campo intelectual e político das últimas décadas, formulações que apartam o estágio e a ideologia neoliberal do modo de produção capitalista, centrando fogo naquele, como forma de colocar rédeas neste, em uma atualização neodesenvolvimentista, justamente tendo o Estado como mediação dessa ruptura com o neoliberalismo (Katz, 2016). Faz-se necessário, então, analisar as possibilidades de tal Estado.

Em sua maturidade, na crítica ao programa do Partido Operário Alemão, Marx (2012) questiona seu horizonte programático de alcançar o *Estado livre*. A crítica do revolucionário alemão está em apontar a concepção de um Estado autônomo —livre, que pairaria sobre as classes—, em vez de “afirmar a sociedade existente [...] como base do Estado existente” (Marx, 2012: 42). Tal sociedade não é outra que não a sociedade capitalista, cujo Estado é manifestação superestrutural de suas contradições, fundadas sobre a propriedade privada e condição de sua manutenção —demonstrando que a relação estrutura-superestrutura é dialética, e não mecanicista, determinista—.

A sociedade civil burguesa e suas diversas instituições (dentre elas o Estado) são o resultado de um processo histórico secular, profundamente violento, de expropriação dos meios de produção dos itens necessários à vida e de sua reprodução, em todos os seus âmbitos, perpetrados por uma classe em vias de se tornar dominante (a burguesia) sobre outra (o camponês) em vias de se tornar trabalhador assalariado (ou cuja única possibilidade de sobrevivência passa a ser vendendo sua capacidade de trabalhar). Grande parte da humanidade, a partir daquele processo, e ao longo de um processo expansivo e violento de tal lógica, reduziu-se a trabalhadores privados, cuja produção é necessária e primordialmente voltada para geração de valor e de mais-valor. Estes figuram numa relação social na qual, em última instância, vendem no mercado a sua força de trabalho para ser consumida numa jornada de trabalho pelo seu comprador, o proprietário dos meios de produção dos itens necessários à vida e à sua reprodução, outro polo da mesma relação social (Marx, 2013).

A expressão ideopolítica desse processo violento secular de expropriação e exploração é a noção filosófico-jurídica liberal de *contrato social*. Visto que a sociedade civil burguesa seria, conforme os princípios liberais, formada por indivíduos constituídos “naturalmente” como egoístas, “o espetáculo simultâneo da extravagância, da miséria e da corrupção física e moral”, como reconheceu Hegel (1998: 19), para haver venda

e compra de mercadorias, se fazem necessárias regras que devem ser cumpridas e que garantam a integridade física e moral mútua, o contrato garantido pelo Estado. Ele justifica e naturaliza a “coerção muda exercida pelas relações econômicas [que] sela o domínio do capitalista sobre o trabalhador” (Marx, 2013: 808), chancelando tal violência econômica ao mistificá-la enquanto processo natural e, portanto, não violento.

Toda teoria social de cariz liberal estabelece que a propriedade privada é, em suma, o principal direito humano e, no limite, um direito natural, e que os demais estariam subordinados a ele. Assim, o pressuposto da sociedade burguesa, sendo permanentemente repostado, é a propriedade privada (tomada como natural), e a garantia de tal pressuposto é o Estado. O que resta é a luta encarniçada entre os seres humanos por mitigadas mercadorias e a liberdade restrita à sobrevivência.

É importante destacar que a propriedade privada não se reduz a um problema de ordem meramente “material”. O pressuposto fundamental da ontologia do *ser social* é que este se constitui, em sua *práxis*, num processo ininterrupto de objetivação de si e apropriação das objetivações humanas (Duarte, 2013), ou seja, há uma inseparabilidade (jamais identidade) entre o mundo material (da totalidade das relações sociais em dado momento histórico) e o que costumamos entender por mundo subjetivo (aquilo que o ser humano é e pode ser em tais circunstâncias), mas que se interpenetram e relacionam dialeticamente. O *direito humano* à propriedade privada, além da elevação da propriedade privada à condição de *natural*, referindo-se à natureza humana, passa a representar a privatização desse próprio ser e o direito a si, *apesar de* e *em detrimento* do outro. Como aponta Marx (2013: 251), “a única força que os une e os põe em relação mútua é a de sua utilidade própria, de sua vantagem pessoal, de seus interesses privados”. Portanto, o outro é propriedade de si, eu sou a minha própria propriedade, ambos dissociados; ambos indivíduos privados e privativos: a propriedade é condição da existência. Nisso, as relações sociais, entendidas para além das interações entre indivíduos,

se dão pela disputa, pela posse, passam a ser negócios, competição. Em última instância, o *ser* torna-se *ter*: tenho, logo sou. Ou, quanto mais tenho, mais eu sou. Não à toa, sob a propriedade privada e tendo a mercadoria como forma mais elementar, o modo de produção capitalista estabelece enquanto riqueza a posse: de mercadorias, dos outros —coisificados—, do meio ambiente e natureza (também coisificados, mercantilizados), etc.

Olhada sob o prisma dos direitos humanos e reduzida a essa forma, a emancipação humana passaria, necessariamente, pelo Estado; ou melhor dizendo, a emancipação humana é reduzida ao máximo de emancipação possível dentro dos marcos do modo de produção capitalista, ou seja, à emancipação política, tendo como “mediador” e “possibilitador” o Estado. Contudo, desconsidera-se também que tal Estado numa sociedade de classes expressa e (re)produz a dominação de classes, gerenciando, no bojo da correlação de forças e lutas de classes, os interesses da burguesia e, em extensão, sendo um ente necessário para assegurar as condições de valorização do valor. Se o ser humano necessita de um meio para se libertar de algo, não fazendo isso por suas próprias mãos e, portanto, não tendo a si próprio como ponto de partida e o ponto de chegada (sendo este último a sua emancipação, a sua humanização), ele acaba por “resolver” tal limitação, se prendendo ao meio que a supostamente resolve; ou seja, não a resolvendo.

Em *Sobre a questão judaica*, Marx (2010b) analisa como tal mediação deixa de ser a religião, passando a ser o Estado, sem que o ser humano se liberte, sem que se resolva a sua alienação de si mesmo. A existência do ser humano fica condicionada à existência do Estado, só sendo possível por ele e, pior, nele. Nisso, temos a continuação de uma dinâmica *religiosa*, no caso uma dominação coisificadora do ser humano, tornado objeto, enquanto o Estado se torna sujeito; uma religião *estatal* que, na maturidade *marxiana* pode ser lida enquanto um dos mecanismos de dominação capitalista via fetichização, mistificação da realidade —aquilo que, criado pelos seres humanos

sob certas relações, parece adquirir poderes mágicos, ganhar vida própria e voltar-se contra eles, dominando-os (Marx, 2013)—.

A humanidade humana desse ser enquanto produto de sua ação, sob essa lógica, é transferida ao Estado e tal Estado político é humanizado e, nisso, universalizado. Temos, assim, uma oposição entre o Estado político e a sociedade burguesa, de modo que “[o]nde o Estado político atingiu sua verdadeira forma definitiva, o homem leva uma vida dupla, não só mentalmente, na consciência, mas também na realidade, na vida concreta; ele leva uma vida celestial e uma vida terrena” (Marx, 2010b: 40).

No capitalismo, os seres humanos em sua vida terrena se relacionam como compradores e vendedores de suas mercadorias privadas —inclusive a força de trabalho— com sua pertença social medida em termos do quanto seu produto vale. Logo, a *lei do valor*, movimento fundamental do modo de produção capitalista, para além de sua dimensão necessária de exploração da força de trabalho para produção e apropriação privada de trabalho excedente e tendência à mercantilização generalizada da vida social, tem um aspecto fulcral e necessário de hierarquizar os seres humanos, uma vez que somos o quanto valemos, e valemos o quanto temos. Isso faz da desigualdade um traço inalienável do modo de produção capitalista, igualmente pressuposto e repostado nessas relações.

Nesse sentido, a própria forma de produção-distribuição da riqueza social estabelece um limite concreto para a realização de valores humanos abstrata e idealmente estabelecidos, dentre outros motivos, por essa forma ser constituinte e constituída por fraturas sociais profundas. A história do desenvolvimento capitalista comprova que a garantia da propriedade privada pode —e em muitos casos prefere— conviver com a negação brutal da dignidade humana e que a garantia de alguns direitos não aconteceu por um *vi-laser* natural dessa ordem social. Nesse sentido, é fundamental a compreensão de que opressões de raça, gênero e sexualidade, ainda que não se restrinjam à ordem burguesa, são cruciais a

essa e consubstanciam-se às necessidades da exploração de uma classe sobre outra, como bem demonstram, diversificadamente, as análises de Clóvis Moura (2020), Frantz Fanon (2006), Heleieth Saffioti (2013), Angela Davis (2016), entre outros(as). Foram lutas de trabalhadoras/es por condições dignas de trabalho, pelo sufrágio universal, de escravizados(as) por sua liberdade, das mulheres, lutas por reconhecimento e libertação dos povos oprimidos e colonizados, etc., que extraíram do capital (e seu Estado) algo que ele não pretendia ofertar. Deixado em seu movimento de reprodução e legitimado por seu complexo ideopolítico liberal, o Estado burguês configura uma "democracia para o povo dos senhores" (Lo-surdo, 2015). Todas as conquistas, nesse sentido, impõem limites ao capital, que, no que lhe concerne, reinventa sua capacidade de se apropriar do trabalho e se expandir, ora capitalizando, ora domesticando, ora destruindo algumas vitórias da classe trabalhadora. Tem-se, então, que os direitos humanos não se realizarão plenamente se a propriedade privada dos meios de produção dos itens necessários à nossa vida e à sua reprodução for um princípio que organiza todo o tecido social e o Estado.

No Brasil, por exemplo, as contradições que vimos esboçando acima podem ser demonstradas em períodos históricos recentes anteriores ao golpe de 2016, nos governos do PT, em que, mesmo com as melhorias quanto à conquista de direitos e de liberdades democráticas, do ponto de vista da totalidade de riquezas produzida pela classe trabalhadora, ainda estivemos muito longe da possibilidade do livre desenvolvimento de cada indivíduo, dado que a orientação social-liberal, ao fim e ao cabo, não realizou nenhum movimento de abolição da propriedade privada dos meios de produção e sua expressão em termos de poder político, o Estado. Desde a década de 1990, na orientação político-econômica hegemônica, seja ela neoliberal ou social-liberal,³ o aumento da dívida pública, o perdão de dívidas do alto empresariado e latifundiários, a disciplina

orçamentária, as reformas fiscais, dentre outras, reduzem, ora drasticamente, ora em menor grau, a possibilidade de investimentos em políticas públicas, mas sempre garantindo uma transferência substancial do fundo público para as mãos dos setores privados.

Por mais que tenha havido um evidente e fundamental movimento, nos/pelos governos do PT, de possibilitar maior acesso à riqueza socialmente produzida pelas camadas mais pauperizadas, resultando na redução da pobreza e erradicação da extrema pobreza, a desigualdade, isto é, a discrepância de acesso e apropriação a esta riqueza, não diminuiu: cerca de 50% da renda no país ficou concentrada nos 5% mais ricos e 25% no 1% mais rico (Medeiros et al., 2015). Em suma, não só a emancipação política em nossa realidade de capitalismo dependente foi limitada, como se demonstrou demasiadamente frágil frente à ofensiva do capital em face do recrudescimento da crise, num curto espaço de tempo. Além disso, o caráter de classe do Estado brasileiro continuou se mostrando e atualizando nesse período em sua forma dramática, sobretudo quando consideramos seu braço policial, militarista e encarcerador como administração das refrações da "questão social" (Costa e Mendes, 2021a).

Acrescentamos que a condição de dependência, característica da realidade latino-americana, implica a estrutura de sua reprodução ampliada enquanto tal (Marini, 2022). Nesse sentido, o Estado de uma sociedade de capitalismo dependente não pode ser outro que não um Estado dependente, cuja função é garantir a dupla dominação dessa condição: por um lado, a dominação externa, em que parte da riqueza produzida (pela exploração da força de trabalho e natureza locais) é transferida para o centro do capitalismo sob uma série de mecanismos, que conta com uma classe dominante local vinculada a tais interesses e dissociada de qualquer necessidade das massas populares locais; por outro lado, a dominação interna, de uma burguesia que impõe um processo de superexploração condicionado por sua dependência externa, contando com a violência de Estado como elemento de estabilização po-

³ Quanto à definição de social-liberalismo e suas especificidades nos marcos neoliberais, sugerimos Castelo (2013).

lítica e garantia de dominação interna (Marini, 2017; 2022).

Assim, os projetos políticos que apostaram na democratização desse Estado —seja como *via* para o socialismo, partindo da realização das tarefas democrático-burguesas, seja como fim em si no horizonte de um “Estado de bem-estar social” no capitalismo periférico— sofreram sua crise e suprassunção quando a contradição entre democratização (expressa em melhorias na vida da classe trabalhadora) e os imperativos da condição de dependência atingiram limites (as barreiras para a acumulação do capital). Nesses casos, foram “solucionados” com golpes ou pactos “pelo alto”. Isso foi visto no golpe militar de 1964 e seu acabamento de 1968 (ápice das contradições engendradas em 1945), bem como no golpe de 2016 e seu acabamento com o *bolsonarismo* (ápice das contradições engendradas em 1985).

Ainda no sentido de explorar os limites de desenvolvimentos *realmente* democráticos nos marcos do Estado burguês, vale ressaltar que, no quadro atual de nosso Estado dependente e seu caráter de classe, de *minimização estatal* quanto aos direitos sociais, vemos, como corolário, a *maximização* desse mesmo Estado no que se refere ao capital, sobretudo, o financeiro. Além disso, tal maximização se dá no que se refere ao alargamento de sua faceta penal, de modo que a redução de investimentos em políticas sociais via austeridade fiscal permanente, tal qual apregoa o ideário neoliberal, requer o aumento do controle e da coerção, produzindo encarceramento e mortes em larga escala - com cor, raça e classe muito bem definidas -, até mesmo de caráter preventivo, ou seja, de modo a evitar que o caldo de miséria engrosse e entorne na forma de insurgências, revoltas, etc. Como exemplos, temos: o aumento vertiginoso da população carcerária brasileira, que atualmente já passa das 800.000 pessoas —mormente pauperizadas e negras—, consolidando-se como o terceiro país com a maior população encarcerada no mundo; o crescimento e manutenção do número de homicídios - cujos alvos, novamente, são prioritariamente, negros, pauperizados, jovens - a patama-

res superiores aos de países em guerras formais; o crescimento, neste panorama, do número de mortes produzidas pelo próprio Estado, em especial por seu braço repressivo nas formas das polícias, sobretudo a militar (Costa e Mendes, 2021a). E é importante ressaltar, nem que seja por uma *pedagogia da repetição*, e repetição do *horror*, que estes mecanismos, a despeito de suas “novas” formas e processos de *modernização*, não são anomalias ou anacronismos políticos, dizendo de fato do “velho” caráter autocrático de nossa formação social de gênese e desenvolvimento colonial, que conforma um capitalismo dependente (Fernandes, 2020); a violência como potência econômica (Marx, 2013; Castelo, 2021), como forma produtiva (Ianni, 2019).

O que queremos demonstrar com tais reflexões é que, não só o capitalismo é, em sua gênese, desenvolvimento histórico e conteúdo, violento, como suas formas particulares na periferia, em nosso caso um capitalismo dependente, se pautam na/pela hiperbolização da violência e a normalização de parâmetros ainda mais barbáricos, que têm se recrudescido. O surgimento do *bolsonarismo* é expressão disso, enquanto sua ascensão ao poder e desenvolvimento os têm acentuado. Além disso, sob os marcos da democracia, dos governos *democráticos*, no período da Nova República (desde 1985), é possível, sim, observar o recrudescimento dessa violência, tendo o Estado como seu gerenciador por excelência, um *Estado forte*, em benefício do capital e das classes dominantes nacionais e estrangeiras, e *forte* em termos de violência. Ou seja, reafirmando o fio condutor de nossas reflexões, a defesa genérica, abstrata da democracia, apaga as especificidades dos regimes e formações sociais sob o *balaio da democracia*, desconsiderando, inclusive, que a exceção (*antidemocrática*, isto é, *autocrática*) é a norma na periferia⁴ do modo de produção capi-

⁴Tal afirmação visa destacar a especificidade das formações sociais dependentes. Contudo, cabe assinalar que o desenvolvimento capitalista global implica tais formas de desenvolvimento capitalista locais, e que romper com tal lógica não pode se dar por um espelhamento dos países centrais, na busca por um capitalismo mais humano.

talista e implica na aceitação de seu caráter desigual, violento como sinônimo de *democrático*.

Com isso, não queremos cair no a-historicismo de que a história não se altera. A forma presente de dominação burguesa no Brasil, sobretudo sob a forma do *bolsonarismo*, toma elementos que mimetizam o *bonapartismo* da ditadura militar —contudo, sob novas condições—. É no avanço da sanha destrutiva do capital-imperialismo e em sua crise estrutural, em que o novo mundo tarda a nascer, que novas formas “monstruosas” aparecem, e “gera a pura anarquia em nome da ordem, enquanto simultaneamente despe toda a máquina do Estado de sua aura de santidade, profanando-a, tornando-a simultaneamente, asquerosa e ridícula” (Marx, 2011: 154). Isto posto, a defesa real da expansão da democracia, garantia de direitos e de políticas sociais voltadas para a ampla maioria da população —aquela que não possui outra alternativa nesta realidade a não ser vender sua força de trabalho— deve ter como horizonte o fim da posse única da propriedade privada dos meios de produção, sob pena de vivermos condenados entre propostas políticas de setores da extrema-direita e o amplo espectro dos campos relativamente progressistas.

No presente estágio de desenvolvimento e crise estrutural do modo de produção capitalista, cuja marcha barbarizante evidencia o recrudescimento e generalização da *criação destrutiva* do capital, ficam cada vez mais evidentes as limitações imanentes à produção de vida dentro dos marcos da sociabilidade regida sob a égide do capital e, portanto, dos mecanismos de luta que a tem como horizonte; isto é, que se restringem à mudança dentro da ordem, de modo que a ordem não mude. O próprio aguçamento da crise vivenciada, ao qual se soma mais uma faceta crítica —a de uma crise sanitária—, demonstra a impossibilidade de se humanizar o que é desumano e se pauta na/pela desumanização, denotando a necessidade de saídas radicais, que, para isso, devem *tomar as coisas pela raiz*.

E é justamente a teoria social marxiana e marxista que nos possibilita tal radicalidade, fornecendo os meios de analisar o movimento da so-

cidade civil burguesa desde seu surgimento até os dias atuais, dissecando sua anatomia, desde os seus fundamentos e pilares constitutivos. A investigação da forma social tipicamente capitalista —e de suas particularidades como as de capitalismo dependente— é fundamental porque permite não apenas apreender seus limites, como, a partir de suas próprias contradições, elaborar as estratégias e táticas de mudanças, que, impreterivelmente, passam pela própria, tais como os sindicatos, partidos políticos e uma enorme miríade de entidades, movimentos sociais e lutas conduzidas pela própria classe trabalhadora. Pensamos, assim, que atividade do(a) psicólogo(a) seja aliar-se às lutas cotidianas e subsidiá-las, sem o retorno às ilusões dicotômicas de um capitalismo humanizado *vs* capitalismo bárbaro.

4 Que psicologia política queremos para qual “democracia”?

A partir do que foi discutido, e antes de respondermos à pergunta-título da seção, devemos nos perguntar: a *psicologia política é necessária*? Ou melhor: *queremos a psicologia política*? Tais questionamentos se fazem necessários para não incorreremos numa aceitação prévia e naturalização da psicologia política enquanto ramificação de uma ciência já parcelar, como a psicologia, por mais que ela se mostre fronteira com outras disciplinas do conhecimento —igualmente parcelares—. Ou seja, a saída é a parcialização de uma ciência já parcelar? Ou a hiperespecialização de um campo do saber já especializado? Aliado a isso, contextualizaremos a própria historicidade de como a psicologia política surge, como forma de fortalecer a pertinência de tais perguntas e dos argumentos desenvolvidos a partir delas. Dessa forma, o marxismo contribui de antemão para a desnaturalização e a crítica constante da psicologia política, apreendendo sua gênese e função sociais, ao circunscrevê-la ao solo histórico que a produz e a faz psicologia (política) enquanto necessidade para a sua reprodução. Ao mesmo tempo, partindo do caráter contraditório da realidade, nos serve como forma de tensionar e dispu-

tar a psicologia política, buscando incutir fissuras nela e, por meio dela —desde a fundamentação marxista— produzir possíveis *armas da crítica* para a elucidação e transformação da realidade.

Sem um intuito exaustivo, podemos começar questionando a própria necessidade do adjetivo “política” acoplado ao substantivo “psicologia”. Por um lado, se o objeto de estudo e trabalho da psicologia —o ser humano, a realidade humana—, é um ser social, político, a adjetivação *política* à psicologia, pode ser entendida como *pleonasm*. Ao mesmo tempo, também pode nos dizer de uma concepção prévia e hegemônica a-política de ser humano, carecendo de uma ramificação dentro da própria psicologia para reiterar o *óbvio*. Por outro, devemos cuidar para não incorrerem em reproduções de que *tudo é político* e, sendo tudo, é nada. Se o que se pretende é o desenvolvimento na psicologia de replicações, tal como ocorre na filosofia (política), e nas ciências parcelares do conhecimento, do estudo das relações de poder, formas organizativas sociais, do Estado, etc., cabe questionarmos a própria psicologia enquanto ciência burguesa, subordinada ao capital (Yamamoto, 1987), expressão e justificadora da sociabilidade que a faz psicologia —e, portanto, de sua *política*—. Fica o alerta marxiano de como a economia política partia “do fato dado e acabado da propriedade privada” (Marx, 2010c: 79), consistindo em apologética da ordem, se a psicologia política também não parte do fato dado e acabado da propriedade privada e da política sobre ela e nela se erige e a assenta —o que respondemos afirmativamente—.

Fazemos tais indagações, pois, a nós, a importância da psicologia política reside na sua capacidade de tensionar, desmistificar, criticar a própria psicologia hegemônica e a sociabilidade que se expressa nela/por ela. A partir disso, consegue alertar-la sobre como o ser exerce sua condição política, ou seja, realiza-se enquanto sujeito político em nossa realidade, ou como a política do modo de produção capitalista diz de formas particulares de se fazer (e ser) política, não sendo natural ou o *universal por si mesmo*. No entanto, isso parece não acontecer e tampouco ser sufici-

ente, havendo a necessidade de uma psicologia política *crítica* ou da *crítica à psicologia política* (Hur e Lacerda Jr, 2016). Isso parte da constatação de que a concepção de *política* da *psicologia política hegemônica* é: (a) reduzida, sinônimo de eleição, de participação política dos indivíduos no Estado ou mediada por ele, etc.; (b) diz mais de um campo de atuação e/ou reduzida ao aparato estatal; e (c) se trata de uma *universalização do particular*, isto é, da política nos moldes do modo de produção capitalista como universal, absoluto, naturalizando-a.

Temos, assim, a reprodução, via psicologia política (enquanto expressão da própria psicologia), da concepção de um indivíduo apartado não só dos outros indivíduos, como do “social”. Além disso, uma concepção mistificadora, *fetichizante* do próprio ser humano. Quanto a isso, retomamos Yamamoto (1987: 28), quando argumenta que a Psicologia tem, “em sua gênese, a constituição da figura do cidadão, suportada pela ideologia liberal burguesa”. O ser humano da psicologia, e, em extensão, da psicologia política, como o ser forjado na/pela apropriação privada dos meios de produção (da vida). Ademais, se analisamos que o sujeito político, nos moldes capitalistas —o cidadão, o sujeito de direitos, etc.—, acaba subordinado ao indivíduo privado, que sua “atuação política” serve à satisfação dos interesses próprios, privativos —que, na essência, se voltam às necessidades do capital e valorização do valor—, podemos até ampliar a análise de Yamamoto, concluindo que “a concepção de ser humano da Psicologia nem chega a ser o cidadão (*citoyen*), mas o indivíduo privado, o egoísta (*bourgeois*)” (Costa e Mendes, 2021b: 3). Isso, de certa forma —e condicionado por inflexões históricas—, muitas vezes coloca o cidadão (*citoyen*) como fim último de *psicologias críticas* - muitas na psicologia política.

Retomamos, para isso, a análise marxiana em *Sobre a questão judaica*, a qual já fizemos menção na seção anterior, na qual apreende que o clivagem, Estado e sociedade civil, se expressa em um ser igualmente cindido: entre indivíduo privado (o que Marx denomina de *bourgeois*, en-

quanto membro da sociedade burguesa) e cidadão (*citoyen*), na qual sua condição política —de ser político— só é efetivada no/pelo Estado. No entanto, ao se efetivar enquanto sujeito político apenas no/pelo Estado, ele é desefetivado. Por exemplo, temos que alguns dos momentos considerados de maior politização, como as eleições, podem ser momentos de maior despolitização, pois reduzem a participação e condição políticas àquele período, àqueles atos em si, como se fôssemos políticos apenas ali. Na comunidade política, isto é, no Estado, enquanto cidadão, o ser é um ente genérico, é uma universalização fictícia; na sociedade burguesa é um indivíduo privado (e privativo), uma mônada que se faz em oposição a outros indivíduos-mônadas.

Isso fica muito evidente na própria gênese e primórdios do desenvolvimento da psicologia política brasileira. Abordando o pioneirismo de Victor de Britto, o primeiro a utilizar o termo *Psicologia Política*, na primeira década do século XX, Silva (2012: 413) ressalta sua abordagem “marcada pelo indivíduo, o qual é *sobredesacado* [...] e que se mantivesse imparcial”, “um caso de leituras personalistas”. Ao analisar como a psicologia social se insere e se desenvolve na divisão do trabalho - acadêmico - no país e como ela se converte em psicologia política, tomando o exemplo do trabalho pioneiro de Oliveira Vianna, um renomado político e intelectual conservador, Sass (2005: 164) destaca sua utilização enquanto tecnologia relevante ao “exercício do controle social do indivíduo” e “instrumento fundamental da metodologia do direito público e da tecnologia das reformas sociais” (Sass, 2005: 169). Costa e Farias (2022) lembram que, se por um lado pode-se falar de uma psicologia individualizada para acesso de uma minoria historicamente no Brasil, por outro lado, houve também ao longo dessa história uma psicologia socializada para a maioria; aquela voltada para patologizar, conter e encarcerar a classe trabalhadora, ou para agir em sua domesticação nos campos educacional e industrial. Ou seja, a gênese da própria psicologia política no país está em sua inserção e submissão ao Estado, na concepção de política ao aparato es-

tatal; mais especificamente, ao desenvolvimento do capitalismo dependente no país que tem, no chamado período *nacional-desenvolvimentista*, o Estado como agente indutor de tal desenvolvimento, bem como da constituição de uma *burguesia nacional*.

A partir disso, quais as possibilidades para a psicologia política? Ao considerarmos que os grandes problemas latino-americanos, como são os avanços antidemocráticos dos últimos tempos, se fundam sobre a dinâmica de reprodução do modo de produção capitalista e sua condição de dependência e, ainda, no capitalismo e seu contexto de crise estrutural, as “alternativas democráticas” a esta situação não podem ser senão a busca pela superação deste modo de produção. Sendo assim, “a psicologia não jogará qualquer papel decisivo na resolução dos grandes problemas que atingem os povos latino-americanos” (Martin-Baró, 2013: 568), o que tampouco faz dela irrelevante ou desnecessária.

Para isso, é importante um movimento de resgate histórico, mesmo que introdutório, não só das perspectivas hegemônicas da psicologia política, mas também das críticas. Sem dúvida, o início e a sedimentação de um campo crítico no seio da psicologia política, remete à solidificação das críticas na psicologia social latinoamericana, podendo ser atribuída no nosso país, em parte, tanto às reflexões de Silvia Lane e de outros estudiosos oriundos do Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Social (PEPG-PSO) na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) quanto à Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO). Pode-se dizer também que a Associação Brasileira de Psicologia Política (ABPP) expressa e, simultaneamente, desenvolve e conforma este campo múltiplo da psicologia crítica, sendo que “a Psicologia Política Brasileira foi gestada em paralelo com a Psicologia Social” (Silva, 2012: 417) e figuras importantes “na fundação da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) durante os anos de 1980 também contribuíram para a produção de uma Psicologia Política de corte psicossocial” (Silva, 2012: 418).

Podemos dizer, porém, que não se trata de um simples movimento de incontornáveis personagens enquanto *demiurgos* de uma psicologia crítica, por mais que não se possa negar suas importâncias e impactos na psicologia brasileira. A nosso ver, é a dinâmica da correlação de forças, a conjuntura de efervescência política que ganha corpo nos anos 1970, a qual a psicologia não escapa, que explica tais movimentos críticos. Em suma, a luta de classes nas particularidades da época se expressa na/pela psicologia brasileira em tal período. E é nesse sentido que podemos e devemos pensar as possibilidades colocadas para a psicologia política frente ao cenário de crise.

O contexto histórico no qual se firmam as elaborações críticas da PEPG-PSO e da ABRAPSO esteve fortemente atrelado aos levantes de movimentos sociais, partidos políticos de esquerda e sindicatos na luta contra a ditadura militar nas décadas de 1970 e 1980, bem como o início da maior proletarianização e assalariamento do psicólogo e sua inserção no campo das políticas públicas (Carvalho, 2014). Contudo, foi também nos anos 1980 que a dinâmica social no mundo e no país foi ganhando nova configuração, com reverberações consideráveis sobre as expressões ideopolíticas. Nesse cenário podemos destacar: [a] o processo de reestruturação produtiva e o fenômeno da globalização, com o incremento das relações imperialistas e de dependência; [b] a transição democrática “lenta, gradual, e segura” como um pacto “pelo alto”, que significou um refreamento da radicalidade das lutas sociais dos anos anteriores no Brasil e uma renovação-restauradora; [c] a crise e dissolução do bloco soviético, com reverberações sobre os projetos de transformação revolucionária em todo o mundo, bem como sobre sua fonte teórica, o marxismo; [d] o novo avanço dos ideais neoliberais expresso na ideia de “fim da história”, suas novas variantes, e o crescimento e penetração de *Think Tanks* para sua propagação, inclusive assumindo papel central no fomento à produção intelectual (em partidos, movimentos, universidades), para blindar da radicalidade marxista as reflexões teóricas vindouras, ganhando campo também nos

espaços progressistas e críticos; [e] o *Consenso de Washington* e a implementação de contrarreformas de Estado e sociais na América Latina, sob ideário neoliberal, que implicaram a precarização da vida e desarticulação de setores combativos da classe trabalhadora, além de mudanças no mundo do trabalho que dificultam a organização e enfrentamento ao ordenamento do capital, refletindo também em maior fragmentação e parcialização de tais enfrentamentos; [f] a institucionalização de reivindicações que construíram o campo de lutas nas décadas anteriores que, se por um lado resultou na implementação de conquistas no sentido da garantia formal de direitos, por outro, serviu ao refreamento da dinâmica e radicalidade das pautas, bem como limitação de sua independência frente ao Estado.

É nesse panorama complexo de mediações e, a partir da participação de diversos psicólogos e psicólogas na elaboração de programas de formação política em sindicatos e partidos de esquerda, bem como no enfrentamento da fome, da miséria e outras expressões da “questão social”, que se deve, concretamente, entender o processo de formação do complexo ideológico denominado *compromisso social* (Boechat, 2017). Este complexo passou a hegemonizar os horizontes da psicologia crítica brasileira e das *políticas da psicologia*, só que sem, necessariamente, constituir-se enquanto hegemonia da profissão, até mesmo por não se tratar de uma construção pela base, o grosso das psicólogas e psicólogos —o que, no que lhe concerne, também diz da função social hegemônica da psicologia—. Ademais, a despeito de seus avanços, sua constituição se dá envolta à confusão da emancipação humana com a emancipação política, tendo como principais diretrizes: o aprofundamento dos direitos humanos nos marcos da democracia liberal representativa, o aprimoramento do Estado e da expansão das políticas públicas e o aperfeiçoamento da democracia participativa a partir de instrumentos variados oriundos das mais diversas abordagens críticas dão, na e à psicologia, que permitam a formação de uma consciência cidadã capaz de reivindicar seus direitos. Desde a formação deste complexo

ideológico no seio da psicologia política, observamos o surgimento de diversas ferramentas elaboradas por teóricos e profissionais, a fim de expandir a democracia e barrar toda sorte de ataques às conquistas da classe trabalhadora (ainda que nem sempre sob a alcunha de *compromisso social*).

Nesse cenário, foi possível evidenciar um deslizamento das práticas da psicologia que ora se colocavam junto às organizações comunitárias e bases populares locais com vistas ao fortalecimento e potencialização das mesmas a fim de fazer frente ao estado de coisas, para práticas que tomam a presença deste profissional nas políticas sociais como uma *democratização* da psicologia em si (Lacerda Jr., 2015). Ocultando que o horizonte último das políticas sociais (das mais incipientes às mais avançadas) é a administração (jamais superação) das manifestações da “questão social” (Yamamoto e Oliveira, 2014), a ideologia do “compromisso social” legitima o Estado burguês como gestor desta ordem social, e a própria sociedade burguesa como “fim da história”. À psicologia (seja social, comunitária, etc.), o adjetivo *crítica* é subsumido à institucionalização e presença em espaços institucionais, sem uma *crítica* a tal presença e mesmo às instituições mediadoras. E isso se dá tanto no âmbito da prática, tendo as políticas públicas como *fins em si*, como na produção de conhecimento, no qual as universidades, mormente públicas, surgem como espaços quase que exclusivos de crítica, como se esta fosse sinônimo de produção acadêmica (quando não academicista), restrita às *torres de Babel* acadêmicas.

Ademais, a presença massiva do(a) psicólogo(a) nas políticas sociais superestimou o próprio papel da profissão (enquanto profissão) em processos de transformação da realidade (Lacerda Jr., 2015). Nesse cenário, a nosso juízo, alguns fenômenos podem ser identificados: uma refuncionalização acrítica da noção de *transformação social* (cada vez mais distante da ideia e projetos de emancipação humana); uma fetichização da psicologia em contextos de “vulnerabilidade” (via políticas públicas) como finalmente *deselitizada*; um movimento de maior proletarização da profissão

sem o acompanhamento de uma consciência crítica enquanto classe trabalhadora (para além da identidade corporativa); a ocultação da psicologia como histórica e estruturalmente ligada à reprodução desta ordem social, bastando então uma revisão em seus aportes teórico-metodológicos, o que geraria por si só uma ruptura metodológica com o individualismo e elitismo tão evidenciados na psicologia hegemônica.

E aqui devemos abordar a segunda parte da pergunta deste tópico. À constatação de que há uma “crise da democracia” pode-se seguir um horizonte prático de retomada da anterior “normalidade democrática” —nesse sentido, uma *psicologia política* seria, na melhor das hipóteses, uma *psicologia da Razão de Estado*—. Ou, como querem alguns, na *psicologia da sociedade civil* (reconhecida a partir de seus indivíduos e grupos atomizados), que reifica a sociedade burguesa em sua fragmentação, deixa escapar suas determinações mais profundas e se submete à particularização das lutas sociais, negando a universalidade do gênero humano. Nesses casos, o faz como caminho para se negar a aceitação da universalização abstrata a partir do particular burguês operada pelo mundo do capital.

Lênin (1971), refletindo sobre o problema do Estado, já apontava que não é possível falar de “democracia pura” enquanto existirem *classes*, apenas de “democracia de classe”. O termo *democracia* requer, então, adjetivação —em nosso caso, democracia burguesa—. Ora, o *Estado democrático de direito*, enquanto Estado de uma classe, burguesa, só pode, quando muito, oferecer garantia formal de direitos, tendo por função manter as relações que negam a garantia substancial destes. Almejar democracia, nesses termos, é restringi-la a “rituais cerimoniais que, no melhor dos casos, revelam qual dos setores dominantes exercerá a hegemonia” (Martin-Baró, 2013: 565). Os princípios básicos colocados pela burguesia como democracia (pluripartidarismo, liberdades políticas para todos, sistema de garantias de liberdades individuais), são objetivamente limitados e restritos pelas bases da exploração (Saes, 1998). Logo, democracia dentro do Estado bur-

guês, justamente por expressar a relação desigual e de exploração entre classes, só pode existir no limite de impossibilitar a distribuição de riqueza e de poder. Mais grave é tal restrição quando abordamos o Estado em realidades de capitalismo dependente, em que a garantia da ordem por seus aparatos se dá por meio da mais voraz violência, genocídio, desigualdade e miséria.

Em outra direção, tomando como base a concepção de *emancipação humana* já aludida, democracia no sentido que o próprio termo sustenta, passaria pela superação das classes e, conseqüentemente, do Estado que expressa relações classistas, significando não somente acesso de todos(as) aos recursos econômicos e sociais, mas igualmente distribuição do poder político como poder popular. Para tanto, como parte do processo de tal suprassunção, Lênin (1971) aponta a democracia proletária ou socialista como instrumento mais amplo que a institucionalidade burguesa, com uma estrutura controlada por trabalhadoras/es, mas que crie as condições de sua própria superação.

A presente conjuntura, de rebaixamento da correlação de forças à classe trabalhadora, expressa no próprio avanço do capital sobre nossas condições de vida, não pode significar um rebaixamento dos nossos horizontes, da nossa estratégia. No atual momento, em que se reitera ainda mais não só a necessidade de defesa das políticas públicas de corte social —como as da saúde, da assistência social, educação, dentre outras—, mas o seu fortalecimento e ampliação, inclusive, enquanto parte de um projeto revolucionário, não podemos confundir tais necessidades *táticas* como horizontes últimos, isto é, enquanto nossa *estratégia*. A própria incidência espoliativa do capital sobre as políticas denota sua relevância para a classe trabalhadora. No entanto, devem ser compreendidas e, sim, disputadas e utilizadas enquanto mediações táticas para a construção do poder popular, implicando a consciência de sua natureza (social) contraditória e limitada.

Assim, podemos pensar em conexões entre a emancipação política e a humana, não em um sentido gradativo, como se, com o acréscimo da

primeira, houvesse uma passagem natural para a segunda, mas em como a luta por direitos, o trabalho profissional que se orienta a assegurar direitos —mesmo nos marcos liberais—, indo, além disso, e de si, além de suprir necessidades imediatas da classe trabalhadora, fortalecendo-a enquanto sujeito histórico revolucionário, contribuindo ao tensionamento do estado das coisas e desvelando suas contradições.

A partir do exposto, consideramos que a *psicologia política* pode ser necessária e importante *se e desde que* (auto)crítica e enquanto demarcação das limitações da psicologia hegemônica como um todo; uma *utilização tática* da psicologia política. Ignácio Martín-Baró (2013: 570) coloca esse desafio na forma de um duplo caminho para a psicologia política na América Latina: “criar consciência política na psicologia e elaborar uma psicologia sobre a consciência política”. Nesse sentido, é fundamental considerar que, ao referir-se à consciência, o autor assenta como critério de avaliação da práxis psi —e da psicologia política— o par ideologização/desideologização. Logo, sua importância está não só no que aborda, mas no que, ao abordar, acaba por denunciar enquanto ausência na psicologia hegemônica.

Dessa forma, seu horizonte deve ser o de não mais se configurar enquanto ramificação ou demarcação, buscando tensionar a psicologia e transformá-la, de modo a não ser mais necessária; com o intuito, inclusive, de que o político não seja mero sinônimo de Estado, eleições, etc.; de não mais reproduzir a concepção de ser humano da ideologia liberal, absolutizando-o, universalizando-o como se, de fato, fosse sinônimo de ser humano em termos que ele tem sido e pode ser. Em sentido diferente, deve buscar contribuir para a superação dos marcos da democracia burguesa, orientando-se a contribuir para o “desenvolvimento de um poder popular” (Martín-Baró, 2013: 566), auxiliando no “desmascaramento de toda ideologia antipopular” (Martín-Baró, 2017: 61), justificadoras desta ordem de exploração e opressão, incluindo o desvelamento da própria psicologia e psicologia política.

A partir disso, podemos assinalar que a maior inserção da psicologia em políticas públicas, sobretudo as de corte social, é relevante, mas é importante escapar à mistificação operada na ideologia do "compromisso social", sendo um dos espaços possíveis para que se opere uma superação, para além do Estado e da própria psicologia. Assim, uma *psicologia política* (ou melhor, *politicizada*) só pode sê-la quando ligada a movimentos que tensionem o próprio Estado como "o" espaço da política.

Daí, se extrai uma prática e elaborações teórico-metodológicas cujo objetivo seja o de se aliarem e favorecerem as lutas populares (dos movimentos sociais, sindicatos, etc.) do presente. E aqui não devemos tampouco reificar a sociedade civil (burguesa), tendo em vista que é fruto de um processo de divisão operado pela própria dinâmica do modo de produção capitalista e sua condição. Os aparelhos de disputa de hegemonia pela classe trabalhadora e grupos oprimidos não devem ser naturalizados, nem suas particularidades devem ser naturalizadas, ocultando um projeto societário de emancipação do gênero humano. Essa reificação das particularidades —igualmente uma forte expressão ideológica da fragmentação imposta pelas novas relações estabelecidas no estágio neoliberal— também esteve a serviço da despolitização e dificuldades de fazer frente ao massacre perpetrado pela agenda neoliberal e o capital barbarizante em crise.

Quanto à aproximação da psicologia das lutas populares, sabendo-se que o real é movimento, esse processo é o movimento da negação da própria psicologia política como mais uma particularização da psicologia, bem como da psicologia como ciência e prática parcelar. Ou seja, é de tal vinculação às lutas que negam a barbárie capitalista que a psicologia política extrai os elementos que permitem negar-se também, e tomar parte de projetos de efetiva transformação da realidade e emancipação.

A história já comprovou que o capitalismo - sobretudo o capitalismo dependente - é incapaz de efetuar as tarefas democratizantes colocadas em sua própria ascensão, e que tais horizontes

caem nas mãos de uma revolução proletária, uma vez que a classe trabalhadora carrega, na necessidade objetiva de sua emancipação como classe, o fim das classes sociais e a emancipação humana. Acreditamos que as sínteses destes acúmulos históricos, com as devidas mediações, apuramentos ou mesmo superações (por incorporação), nos municiam para o avanço necessário em termos de um projeto de enfrentamento e superação do capital, por meio de esforços que transitem do concreto ao abstrato —e vice-versa—, não desconsiderando nossas particularidades, mas que se fazem particulares, justamente, por particularizar, mediar e concretizar o todo nas/pelas singularidades dos seres sociais. Nesse sentido, o marxismo nos municia não só para a crítica da psicologia política, mas para uma utilização crítica da mesma; uma *utilização tática* que tenha como finalidade a sua superação.

5 Considerações Finais

Para concluir as breves e insuficientes reflexões que trouxemos neste texto, retomemos a questão que nos serve de título: é possível (e desejável) democratizar a barbárie? Em uma aproximação mais superficial, é inegável que, frente à barbárie, quaisquer avanços realmente democráticos são conquistas para as maiorias populares. Contudo, o que é possível depreender a partir de uma crítica da realidade presente, ou seja, do capitalismo em crise, é que mesmo o espaço democratizante oferecido pelo Estado burguês tem se reduzido. E isso não é casual. Os momentos de maior democratização, com conquistas de direitos sociais, econômicos, políticos, por parte da classe trabalhadora, vieram em circunstância de ascensão e radicalização das lutas de classes e de retração (ou recuo tático) do capital, seja para reorganizar as condições de acumulação, seja para fazer frente à existência de projetos socialistas.

A entrada do capitalismo em sua crise estrutural, o fim do bloco socialista como contraponto, as contrarreformas sob égide neoliberal e a reestruturação produtiva globalizada, colocaram a humanidade em um ritmo acelerado na direção

do abismo, com possibilidade real de sua extinção por suas próprias mãos (personalizações de um capital sem “mãos”). Dessa forma, democratizar a barbárie no sentido de reestabelecer o estado de coisas não é desejável, pois o avanço da democracia nesses termos já está muito distante de ser democrático.

Por outro lado, a busca por democratização, quando tomada como movimento de crítica e politização, buscando entender a anatomia desta sociedade e de sua crise, evidenciando os próprios limites que coloca à democracia e se colocando para além desses, exigindo dela algo que ela não pode ofertar, qualificando a democracia não como valor universal abstrato, mas como realização política da *práxis* de uma classe que luta por emancipação, é um caminho desejável que possibilita a ampliação dos horizontes na direção da superação dessa mesma ordem social. As reflexões aqui trazidas sob o referencial marxiano e marxista permitem problematizar a psicologia política quando coloca como horizonte de sua práxis a democracia burguesa e sua institucionalidade. Ao mesmo tempo, contribui para afirmar que a psicologia política pode contribuir para expandir a democracia ao tensionar o compromisso da própria psicologia com esta sociabilidade, indo ao encontro daqueles movimentos que, ao tensionarem a ordem social em suas lutas, questionam os próprios limites do Estado democrático de direito, demonstrando e denunciando seu caráter classista.

Referências

- Boechat, F. (2017). A psicologia brasileira nos ciclos democrático-nacional e democrático-popular. *Psicologia: ciência e profissão*, 37: 57–70. DOI: [10.1590/1982-3703040002017](https://doi.org/10.1590/1982-3703040002017).
- Carcanholo, M. (2011). Conteúdo e forma da crise atual do capitalismo: lógica, contradições e possibilidades. *Crítica e Sociedade*, 1 (3):73–84.
- Carvalho, B. P. (2014). A escola de são paulo de psicologia social: uma análise histórica do seu desenvolvimento desde o materialismo histórico-dialético. PUC-SP, phdthesis.
- Castelo, R. (2013). *Social-Liberalismo. O auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal*. São Paulo: Expressão Popular. En línea: [enlace](#).
- Castelo, R. (2021). A violência como potência econômica na gênese da questão social no Brasil. *Temporalis*, 21:94–109. DOI: [10.22422/temporalis.2021v21n42p94-109](https://doi.org/10.22422/temporalis.2021v21n42p94-109).
- Chasin, J. (2000). *A Miséria Brasileira (1964-1994): do golpe militar à crise social*.
- Costa, P. H. A. e Farias, T. M. (2022). Contribuições da teoria marxista da dependência à (crítica da) psicologia brasileira. *Germinal*, 14(1): 331–360. DOI: [10.9771/gmed.v14i1.48030](https://doi.org/10.9771/gmed.v14i1.48030).
- Costa, P. H. A. e Mendes, K. T. (2021a). Autocracia burguesa e bolsonarismo: um ensaio. *Marx e o Marxismo*, 9(16):73–95. En línea: [enlace](#).
- Costa, P. H. A. e Mendes, K. T. (2021b). A miséria da psicologia brasileira: subordinação ao capital e colonização-dependência. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 16. En línea: [enlace](#).
- Davis, A. (2016). *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo. En línea: [enlace](#).
- Duarte, N. (2013). *A individualidade para si: contribuição a uma teoria histórico-crítica da formação do indivíduo*. Campinas.
- Fanon, F. (2006). *Os condenados da terra*. Juiz de Fora, UFJF. En línea: [enlace](#).
- Fernandes, F. (2020). *A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: contracorrente.
- Hegel, F. (1998). *Linhas fundamentais da filosofia do direito ou direito natural e ciência do Estado em compêndio*. Campinas IFCH Unicamp.

- Hoeveler, R. C. e de Oliveira Cardoso, J. V. (2022). Conservadorismo, neoliberalismo e políticas sociais na contemporaneidade latino-americana. *Temporalis*, 22(43):34–52.
- Hur, D. U. e Lacerda Jr, F. (2016). *Psicologia Política Crítica: insurgências na América Latina*. Campinas: Alínea.
- Ianni, O. (2019). *A ditadura do grande capital*. São Paulo: Expressão Popular. En línea: [enlace](#).
- Iasi, M. (2012). *As metamorfoses da consciência de classe (o PT entre a negação e o consentimento)*. São Paulo: Expressão Popular. En línea: [enlace](#).
- Katz, C. (2016). *Neoliberalismo, Neodesenvolvimento, Socialismo*. São Paulo: Expressão Popular.
- Lacerda Jr., F. (2015). Podem as políticas públicas emancipar? In *Psicologia social e os desafios ético-políticos no Brasil*. ABRAPSO.
- Losurdo, D. (2015). *Contra-história do liberalismo*. São Paulo: Ideias e Letras.
- Lukács, G. (2013). *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo.
- Lênin, V. I. (1971). *A Revolução Proletária e o renegado Kautsky*. Foz do Iguaçu: Nosso Tempo.
- Marini, R. M. (2017). *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Insular.
- Marini, R. M. (2022). *Dialética da dependência e outros escritos*. São Paulo: Expressão Popular. En línea: [enlace](#).
- Martin-Baró, I. (2013). Psicologia política latino-americana. *Psicologia Política*, 13(28): 555–573.
- Martin-Baró, I. (2017). A desideologização como contribuição da psicologia social para o desenvolvimento da democracia na América Latina. In *Crítica e Libertação na Psicologia*. Vozes.
- Marx, K. (2008). *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Expressão Popular.
- Marx, K. (2010a). *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo.
- Marx, K. (2010b). *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo.
- Marx, K. (2010c). *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo.
- Marx, K. (2011). *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo.
- Marx, K. (2012). *Crítica do Programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo.
- Marx, K. (2013). *O Capital: crítica da economia política Livro 1: O processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo.
- Medeiros, M., Ferreira de Souza, P. H. G., e Castro, F. A. (2015). A estabilidade da desigualdade de renda no Brasil, 2006 a 2012: estimativa com dados do imposto de renda e pesquisas domiciliares. *Ciência & Saúde Coletiva*, 20(4):971–986. DOI: [10.1590/1413-81232015204.00362014](https://doi.org/10.1590/1413-81232015204.00362014).
- Meszaros, I. (2002). *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo. En línea: [enlace](#).
- Meszaros, I. (2012). *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo. En línea: [enlace](#).
- Moura, C. (2020). *Rebeliões da Senzala*. São Paulo: Anita Garibaldi. En línea: [enlace](#).
- Pavón-Cuellar, D. (2016). Para uma redefinição marxista da psicologia política. *Psicologia Política Crítica: insurgências na América Latina*. Alínea.
- Saes, D. (1998). *Estado e democracia: ensaios teóricos*. Campinas: IFCH-Unicamp.
- Saffioti, H. (2013). *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Expressão Popular. En línea: [enlace](#).

- Santana, J. C. (2020). *Psicologia Política, marxismo e América Latina*. Curitiba: CRV.
- Santos, A. A., Menezes, M., Leite, A. Z., e Sauer, S. (2021). Ameaças, fragilização e desmonte de políticas e instituições indigenistas, quilombolas e ambientais no Brasil. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 23(3):669–698.
- Santana, A. R. (2021). Condições de superexploração do trabalho na pandemia: uma análise de conjuntura. *Espirales, Edição Especial: Dossiê Covid-19 na América do Sul*, pp. 60–65.
- Sass, O. (2005). Psicologia, tecnologia e educação: apontamentos sobre oliveira vianna e lourenço filho. *Psicologia Política*, 5(10):161–181. En línea: [enlace](#).
- Silva, A. B., Brites, C. M., Oliveira, E. C. R., e Torri, G. T. (2014). A extrema-direita na atualidade. *Serviço Social e Sociedade*, 119:407–445.
- Silva, A. S. (2012). A psicologia política no Brasil: lembranças e percursos sobre a constituição de um campo interdisciplinar. *Revista Psicologia Política*, 12(25):405–423.
- Silva, J. F. S. (2021). América latina: Capital e devastação social. *Katál*, 24(1):7–19. DOI: [10.1590/1982-0259.2021.e74788](https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e74788).
- Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (2021). *Dossiê: militarização do governo Bolsonaro e intervenção nas instituições federais de ensino*. Brasília: ANDES.
- Yamamoto, O. H. (1987). *A crise e as alternativas da psicologia*. São Paulo: edicon.
- Yamamoto, O. H. e Oliveira, I. F. (2014). Definindo o campo de estudo: as políticas sociais brasileiras. *Psicologia e Políticas sociais: temas em debate*.